



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F488	Filosofia contemporânea [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-708-6 DOI 10.22533/at.ed.086191710 1. Filosofia – Estudo e ensino. I. Machado, Maria Izabel. CDD 100.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Filosofia Contemporânea” aqui apresentada é composta de 12 capítulos que têm como fio condutor as contribuições da filosofia para pensar o hoje. Embora a filosofia seja o alicerce sobre qual se assentam as reflexões desenvolvidas na obra cabe destacar seu caráter multidisciplinar, uma vez que ao se desafiarem a produzir reflexões sobre o vivido os autores e autoras o fizeram considerando o dinamismo da existência e a complexidade do existir.

Os temas desenvolvidos ao longo da obra foram ordenados de maneira a aproximar tematicamente seus autores, razão pela qual não há uma ordem de importância numericamente estabelecida. Do primeiro ao último o mérito está na reflexão em si e não na relevância do trabalho.

Dentre os primeiros quatro capítulos se encontram reflexões focadas no sujeito e nos desafios de existir frente ao sofrimento, frente ao absurdo da vida. As tensões entre liberdade, vontade e responsabilidade nos conduzem a um empreendimento reflexivo que como menciona um dos autores nos sensibiliza para o perpétuo nascer e perecer da existência.

As temáticas do segundo bloco de capítulos, entre o 5º. E 7º, reúnem reflexões acerca da modernidade e seus desafios. Se fosse possível concentram em uma questão poderíamos perguntar: o que estamos fazendo do mundo e de nossas vidas nele? As tecnologias que de forma quase totalitária orientam nosso cotidiano contemporaneamente também impõem seus custos: se por um lado nos lançam para o progresso, de outro nos recordam dos desafios éticos da manipulação da vida, dos perigos do sequestro de sentido pelo uso incessante de equipamentos e nos confinam no encurtamento do tempo.

O terceiro e último bloco tem um caráter, se assim podemos afirmar, mais propositivo. É possível nos resgatar como humanidade? É possível que a beleza e o compromisso ambiental nos restabeleçam sentidos adormecidos? As contribuições presentes a partir do 8º. Capítulo nos convidam, desta forma, a pensar acerca das contribuições filosóficas não apenas para uma vida boa, mas para uma vida melhor. Esse caminho, como chama a atenção um dos autores, só será possível mediante o compromisso com a natureza, com nossos pares e com nossa própria subjetividade.

Desta maneira convidamos leitores e leitoras a essa viagem pela busca de sentido, na problematização da vida e nas práticas transformadoras tendo a filosofia como farol.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NOÇÃO DE TRIEB E SOFRIMENTO EM SCHOPENHAUER E FREUD	
Suely Poitevin	
DOI 10.22533/at.ed.0861917101	
CAPÍTULO 2	8
A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO	
Juliano Bernardino de Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.0861917102	
CAPÍTULO 3	20
AS TEORIAS DO RECONHECIMENTO: CHARLES TYLOR E AXEL HONNETH	
José Vitor Lemes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0861917103	
CAPÍTULO 4	35
O MAL EXECUTADO POR PESSOAS NORMAIS E SENSATAS: DOS HORRORES DO NAZISMO À MODERNIDADE LÍQUIDA	
Fernando Zan Vieira	
Waislan Nathan Ferreira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917104	
CAPÍTULO 5	39
PARIS NO SÉCULO XX, LISBOA NO SÉCULO XXI OU A MONOTONIZAÇÃO DO MUNDO: A IDEIA DE CIDADE NO ANTROPOCENO	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.0861917105	
CAPÍTULO 6	51
CRISE, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E COMPRESSÃO DO ESPAÇO-TEMPO NA CONTEMPORANEIDADE	
José Rangel de Paiva Neto	
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.0861917106	
CAPÍTULO 7	63
A RAZÃO COMUNICATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A RAZÃO INSTRUMENTAL NA BIOÉTICA GENÉTICA	
Miguel da Silva Santos	
José Luis Sepúlveda Ferriz	
DOI 10.22533/at.ed.0861917107	
CAPÍTULO 8	75
MARCUSE E A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: UMA INTRODUÇÃO	
Helio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0861917108	

CAPÍTULO 9	83
UMA LEITURA ESTÉTICA DO REI DO POP À LUZ DO PENSAMENTO KANTIANO	
Cláudia de Araújo Marques	
Marcos Antonio Firmino	
Renato Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917109	
CAPÍTULO 10	91
FILOSOFIA DO DIREITO: UMA BREVE ANÁLISE	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Cesar Bonin	
DOI 10.22533/at.ed.08619171010	
CAPÍTULO 11	105
O ENGAJAMENTO E O ENSINO FILOSOFIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE ELISETE TOMAZETTI	
Maria Catarina Ananias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.08619171011	
CAPÍTULO 12	115
UMA ARTICULAÇÃO ECOSÓFICA NA CONTEMPORANEIDADE	
Kellison Lima Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.08619171012	
SOBRE A ORGANIZADORA	125
ÍNDICE REMISSIVO	128

A RAZÃO COMUNICATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A RAZÃO INSTRUMENTAL NA BIOÉTICA GENÉTICA

Miguel da Silva Santos

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e-mail: miguelst@uol.com.br

José Luis Sepúlveda Ferriz

Doutor em Filosofia Ética e Política pela Universidade Complutense de Madrid Docente da Universidade Católica do Salvador e-mail: jose.ferriz@pro.ucsal.br

RESUMO: Este artigo apresenta os argumentos que Habermas utiliza para estabelecer mecanismos éticos ao lidar com a questão da manipulação genética, especialmente o problema da eugenia. Baseia-se na razão comunicativa da filosofia da linguagem, no discurso e consenso através da argumentação de proposições morais válidas entre sujeitos capazes de agir e falar, auto-compreensão da existência e autocompreensão ética como elementos de intersubjetividade, liberdade e dignidade humana da pessoa, que estão presentes mesmo desde a sua concepção. Além da perspectiva pós-metafísica da filosofia analítica, aborda também os conceitos kierkegaardianos da existência, tendo como centro a capacidade de tornar-se indivíduo diante de uma autocompreensão ética da espécie. Apresenta a questão da dignidade humana do embrião, tendo como suporte o começo da vida humana e sua inclusão no mundo da vida. Além

disso, apresenta conceitos e noções sobre biologia genética com o objetivo de esclarecer a terminologia técnica apresentada durante o desenvolvimento do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Habermas. Razão Comunicativa. Eugenia. Ética.

COMMUNICATIVE REASON AS AN ALTERNATIVE TO INSTRUMENTAL REASON IN GENETIC BIOETHICS

ABSTRACT: This paper presents the arguments Habermas uses to establish ethical mechanisms in dealing with the issue of genetic manipulation, especially the problem of eugenics. It is based on the communicative reason of the philosophy of language, discourse and consensus through the argumentation of valid moral propositions between subjects capable of acting and speaking, self-understanding of existence and ethical self-understanding as elements of intersubjectivity, and human freedom and dignity of the person, which are present even from its conception. In addition to the post-metaphysical perspective of analytic philosophy, it also addresses Kierkegaard's concepts of existence, centered on the capacity to become an individual in the face of an ethical self-understanding of the species. It presents the question of the human dignity of the embryo,

having as support the beginning of human life and its inclusion in the world of life. In addition, it presents concepts and notions about genetic biology with the purpose of clarifying the technical terminology presented during the development of the work.

KEYWORDS: Habermas. Communicative Reason. Eugenics. Ethics.

1 | INTRODUÇÃO

A Filosofia como disciplina do pensamento está sempre disposta a penetrar nos diversos embates onde os conceitos do ultra óbvio da ciência se posicionam numa autonomia limitada por fatores naturais, culturais, sociais, entre outros, que exigem respostas, às vezes imediatas, para as questões que atingem o ser humano nas suas diversas antropologias. A vida humana está pautada em princípios e valores morais que ordenam a sua conduta, em sintonia com os seus semelhantes, portanto, é preciso estabelecer uma matriz de comportamento que dê condição de sustentação e permanência do indivíduo, e a sua coletividade, no planeta. É nesse contexto que entra a Bioética. O manuseio do *homo somaticus* pelo *homo faber* tem que entrar nessa discussão sob pena de se estabelecer um caos ético; e aqui se insere a manipulação genética da espécie humana, que na sua parte mais delicada está a questão do “bem-nascido”, ou seja a eugenia.

A eugenia, que na sua forma altamente relativizada, ou seja, liberal, torna-se aqui uma porta aberta para a coisificação da alma racional, ignorando a sua liberdade de decisão como agente no processo de escolha de uma possibilidade de “vida melhorada”. O tema tem uma relevância muito grande porque envolve o futuro de uma humanidade que não terá a oportunidade de reverter decisões tomadas por mediadores de uma discussão puramente unilateral. A Filosofia, com sua inserção nessa discussão, tem a função importante de gerar fundamentos para a elaboração de normas morais e legais estabelecedoras de limites de condutas.

A proposta neste artigo é tentar entender *como a Filosofia se posiciona, em relação ao agir ético nas condutas de intervenções genéticas humanas*, uma vez que elas vêm sendo abordadas praticamente no campo da medicina, do direito e da teologia. A questão aqui suscitada tem a ver com a liberdade do indivíduo, que é *ontológica*, portanto, intrínseca do ser humano, em tomar suas decisões que, ao nosso ver, está sendo tolhida por vontades *epistemológicas* heterônomas. O estudo é baseado na obra *O Futuro da natureza humana* de Jürgen Habermas, um dos grandes pensadores contemporâneos, que traz uma excelente abordagem um tanto quanto inovadora para o tema ético em questão, em um cenário de predomínio da filosofia pós-metafísica, cabendo assim acrescentar à problemática a seguinte indagação: *como a pós-metafísica habermasiana pode colaborar no estudo de um agir ético na manipulação do genoma humano?*

O método estrutural empregado neste estudo está pacificamente aprovado como o método que mais se adequa aos textos filosóficos. A arquitetura

empregada se baseia na aglutinação de diversas áreas de pensamento, de ideias, de conhecimentos, em um todo, coordenados por este todo. Pela análise das estruturas e de suas disposições superpostas, e pelo desencadeamento de seus processos intelectuais, podemos fazer uma interpretação mais próxima do sentido dado pelo autor ao texto filosófico, compreendendo a sua totalidade.

O artigo está estruturado em três partes principais onde são mostrados os fundamentos necessários para a compreensão do desenvolvimento das ideias do autor, extraído destas a nossa análise e reflexão. Como se trata de um tema que envolve saberes do campo da biologia genética na primeira é feita uma abordagem conceitual sobre este assunto, em especial sobre a manipulação genética e a eugenia, com a finalidade de introduzir os conhecimentos técnicos que serão alinhados com os aspectos filosóficos mais adiante.

Na segunda parte estão desenvolvidos os temas que envolvem a pós-metafísica, principalmente aquela onde Habermas se apoia para desenvolver suas teses do agir comunicativo e do si mesmo, tendo esta última uma imersão na ética *kierkegaardiana*. Nesse capítulo é mostrado o percurso do pensamento filosófico tradicional – a filosofia da consciência – que, através da chamada *virada linguístico-pragmática*, a razão vai estar presente nos jogos de linguagem que incluem sujeito, ação e fala numa relação intersubjetiva. Nesse capítulo é exposta a formulação de uma ética baseada no discurso, onde as subjetividades dos protagonistas serão submetidas aos conceitos de moralidade e eticidade.

Na terceira parte, recuperando todos os assuntos dos capítulos anteriores e perfilando com as ideias de Habermas na obra base deste estudo – *O Futuro da natureza humana* -, é mostrado o caminho adotado para se entender e estabelecer uma postura ética para o tema proposto neste trabalho, e buscar atender à problemática que a ele deu origem. O estudo passa por uma compreensão dos modelos eugênicos, das indefinições sobre limites entre as intervenções terapêuticas e de aperfeiçoamento fenotípico, e das responsabilidades éticas dos personagens desta manipulação genética quando da inclusão de uma segunda pessoa, significada pelo “tu”, nas questões decisórias ontológicas.

Trata também sobre a dignidade humana como resultado da autonomia e autenticidade do indivíduo, dignidade essa inserida na normatização jurídica – assunto implícito na obra do autor. Confronta-se a isso a questão da “*fabricação*” eugênica do “*eu*” na instrumentalização da vida humana.

2 | ALTERAÇÕES GENÉTICAS DA ESPÉCIE HUMANA – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A genética é um dos ramos que mais tem contribuído para o avanço da ciência biológica. Como ciência, ela se insere num cenário mais amplo e profundo onde se

buscam explicações para origens das espécies, prolongamento da vida humana e compreensão de fenômenos que antes só se presumia por completo através do senso comum. Com o advento de ferramentas poderosas, como o aperfeiçoamento dos microscópios celulares e eletrônicos, do avanço da biologia molecular e da bioquímica, bem como de investigações científicas a respeito do genoma humano nos dois últimos séculos, alguns paradigmas começaram a ser destelhados, como por exemplo a determinação do sexo na fase embrionária, conduzindo a biologia e a medicina para a pós-modernidade e, porque não, para um mundo plural.

Do ponto de vista técnico as questões envolvendo o uso de unidades elementares biológicas podem ser vistas em temas como reprodução humana, clonagem, elaboração de organismos geneticamente modificados (OGM), transgenias, terapias genéticas, aperfeiçoamento genético e pesquisas com embriões e células-tronco. A manipulação genética se insere em todos esses temas, porque necessário se faz o manuseio de genes para a condução deles. A leitura atual se concentra na chamada engenharia genética que trata, principalmente, das modificações genéticas provocadas ou induzidas.

A origem das discussões está nas alterações provocadas no DNA, ou de partes dele, para se conseguir um desvio do caminho natural das espécies a partir de suas origens formadoras mais remotas. Os segmentos de DNA que contêm as informações genéticas são denominados genes. Todas as informações genéticas de determinado indivíduo, como a cor dos cabelos, a cor dos olhos, a estrutura física, e outras características hereditárias, estão presentes no DNA da pessoa. A manipulação dos genes determina o modelo de espécie que queremos ter, para atender certas necessidades ou vontades do indivíduo ou da coletividade. E tudo começa, praticamente, com a identificação de determinado gene de interesse na estrutura do DNA, sua remoção, alteração por corte (utilizando as chamadas *enzimas restritivas*) e depois a inserção em outra estrutura (por meio do chamado *DNA-ligase*).

Fica, dessa forma, estabelecida a era da manipulação de mensagens genéticas contidas em fragmentos de sequências que compõem o código hereditário e os nucleotídeos (cada unidade formadora do DNA). A partir deste momento a engenharia genética passou a cortar ou modificar as moléculas de DNA, utilizando enzimas específicas. A inserção de fragmentos de DNA com informações de interesse em outro cromossomo visa produzir os chamados organismos novos ou melhorados. Isso tem aplicação no campo da medicina, da farmacologia e na produção de alimentos. Outra área de aplicação que começou a aflorar no século XX, e vem se intensificando no presente século diz respeito à manipulação de genes para aperfeiçoamento da espécie humana e a prevenção e cura de determinadas patologias. A estes processos dá-se o nome de eugenia. Com o advento da manipulação genética a intervenção nos genes com o objetivo de aperfeiçoamento humano passou a ser definida como *eugenia positiva*, e o chamado uso terapêutico das alterações genéticas, utilizadas para cura, antecipação de diagnóstico de doenças tomou o nome de *eugenia negativa*.

A hereditariedade humana, é aqui o pano de fundo para balizar as discussões éticas, tanto no seu modo de conceber como na sua forma de dar prosseguimento ao seu produto gerado. É nesse ponto onde se situa o conflito ético, uma vez que a manipulação genética se dá em um embrião que é coletado durante o seu desenvolvimento no processo de reprodução humana, para avaliação do seu *status* patológico ou fenotípico através do chamado *Diagnóstico Genético de Pré-Implantação* (DGPI).

Todo esse progresso da ciência genética leva a reflexões acerca de determinadas questões éticas, entre elas o descontrolo da humanidade no uso e obtenção de embriões humanos. É notório que as técnicas de reprodução humana assistida possibilitam casais com dificuldade de concepção a terem filhos, mas, por outro lado, eles se defrontam, na maioria das vezes, com a decisão sobre o destino dos embriões excedentes não utilizados no procedimento médico.

Na obra *O Futuro da Natureza Humana*, Habermas lança a seguinte pergunta-desafio: “*pode a filosofia se permitir a mesma moderação também em questões relativas à ética da espécie?*” (HABERMAS, 2004, p. 1). O seu envolvimento parte daí, e ele percebe que tratar o dilema da manipulação genética apenas na sua cientificidade significa tratar do sujeito isoladamente, e o estudo tem que ser realizado considerando o sujeito em interação com o mundo e o sujeito com sujeito. É nesse momento que entra, então, a pós-metafísica em seus trajes de discurso, mas tendo na essência a linguagem dentro de ações comunicativas. Ele vai conduzir a suficiente objetividade das ciências biológicas para a necessária intersubjetividade das ações e da fala, interpretando o ser como a pessoa formada na sua origem, para qualquer que seja o entendimento: normativo, sociológico ou teológico.

3 | O PENSAMENTO PÓS-METAFÍSICO COMO INSTRUMENTO PARA A BIOÉTICA

Pode-se dizer que o universo fundamental no qual se desenvolve o pensamento ético de Habermas é o da filosofia da linguagem. É nesse contexto que ele situa a ética no campo do discurso e da comunicação, não perdendo de vista a racionalidade, sendo essa a razão pela qual ele vai falar de uma racionalidade comunicativa. Defende ele a ideia de que “*o pensamento pós-metafísico deve impor a si próprio uma moderação quando se trata de tomar posições definitivas em relação a questões substanciais sobre a vida boa ou não fracassada*” (HABERMAS, 2004, p. 1). Contudo, quando entra em jogo a manipulação de genomas ele também questiona se “*pode a filosofia se permitir a mesma moderação também em questões relativas à ética da espécie?*” (idem). Baseado nesses arrazoados, Jürgen Habermas vai incluir na formulação de seu pensamento pós-metafísico uma ética baseada no discurso, na intersubjetividade e na liberdade.

Na nova construção filosófica o sujeito se situa em outro cenário, passando de uma consciência do sujeito para o sujeito da consciência. Agir pela linguagem e o comprometimento em atos comunicativos na construção de uma racionalidade são os fundamentos para se tentar resolver uma das questões emblemáticas da filosofia que é a individualidade. Nesse contexto, afirma Habermas:

A passagem da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem traz vantagens objetivas, além de metódicas. Ela nos tira do círculo aporético onde o pensamento metafísico se choca com o anti-metafísico, isto é, onde o idealismo é contraposto ao materialismo, oferecendo ainda a possibilidade de podermos atacar um problema que é insolúvel em termos metafísicos: o da individualidade. (HABERMAS, 1990, p. 15)

Substitui-se a filosofia do eu, da consciência do sujeito (filosofia da consciência), por uma outra cujo modelo é baseado na linguagem. O sujeito agora passa a ser o sujeito articulador de frases, de sinais, de fala, capaz de compreender através da linguagem e dar significado à comunicação do seu pensamento, de suas ideias.

Os sujeitos capazes de fala e ação, que ante o pano de fundo de um mundo comum da vida, entendem-se mutuamente sobre algo no mundo, podem ter frente ao meio de sua linguagem uma atitude tanto dependente como autônoma: eles podem utilizar os sistemas de regras gramaticais, que tornam possível sua prática, em proveito próprio. (HABERMAS, 1990, p.52)

Nesse aspecto que se introduz com certa clareza o agir comunicativo habermasiano, pois, a intersubjetividade é necessária para o movimento de um todo moldado pela ação de cada para cada um, o que leva a desdobramentos, ou readequação, no agir ético do “*imperativo categórico*” kantiano (KANT, 1993, p. 70). Tomando como ponto de partida o sujeito, agora localizado não como o ser da filosofia da consciência, ou o ser que paira no quantum ideal da metafísica, nem o ente que interage no mundo do nada heideggeriano, mas o ser que se faz sujeito com o sujeito no mundo, é que Habermas elabora a sua Teoria do Agir Comunicativa (TAC), fundamentada em discussões acerca da ação, da linguagem e da semântica, com o objetivo de dar um encaminhamento mais pragmático às questões filosóficas e sociais que até agora eram eivados de concepções praticamente supra teóricas. A preocupação dele não é criar um conceito revolucionário de filosofia e racionalidade, mas sim uma teoria amparada no agir comunicativo, dirigida às estruturas do mundo da vida.

O “mundo da vida”, conceito originado na fenomenologia, agora se amplia para abranger não somente o horizonte da consciência, mas também o contexto da comunicação linguística, a *práxis* comunicativa do dia a dia, o que se realiza através da fala. Ele é constituído de três componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa.

Na formatação pós-metafísica que Habermas apresenta na sua obra *O Futuro da Natureza Humana*, ele traz à luz uma visão, também pós-metafísica, do conceito de eticidade sob a ótica de um filósofo existencialista contemporâneo, Sören Kierkegaard (HABERMAS, 2004, pp. 8-15) explorando o conceito do si mesmo. *Poder-ser-si-mesmo*

só cabe na compreensão quando se capta a realidade do indivíduo dentro da sua subjetividade, e é essa subjetividade que Kierkegaard traz como elemento principal do sujeito que existe no mundo dos fatos para alcançar sua liberdade. É o mundo das possibilidades que se movimenta através de três estádios da vida do sujeito: o estético, o ético e o religioso, que por ser mundo de possibilidades significa também de escolhas. Portanto, a subjetividade em Kierkegaard significa escolher a si mesmo para *tornar-se* um indivíduo perfeitamente livre, isto é *tornar-se a si mesmo*.

O ético é caracterizado pelas relações intersubjetivas, sem se despojar da subjetividade. É aqui que o sujeito tem a percepção horizontal do seu pertencimento no mundo, pois essa horizontalidade é que o faz se aproximar e se colocar em alteridade com o semelhante. O si mesmo é essa liberdade que vem pela individualidade para dar sentido à existência; e **o ser si mesmo** é algo como **um poder** adquirido pelo indivíduo desde a sua *gênesis*, que lhe dá livre acesso à sua auto compreensão e à intersubjetividade, e que só se coaduna com o si mesmo do outro quando essa liberdade não é maculada. O sujeito torna-se, então, autor da sua própria existência, e capaz de construir um discurso ético sob consenso, baseado em argumentos morais por ele validado.

Quando trata das questões morais e éticas no agir comunicativo sobre a manipulação genética em estudo, o filósofo propõe e elabora a sistematização de uma ética comunicativa, fundamentada em sua obra *Consciência moral e agir comunicativa* (1989). Segundo Habermas, há uma ligação radical, praticamente amalgamada, interpenetrada, entre realidade e linguagem no mundo da vida. À essa ligação se associa também a ação e as manifestações nas formas de argumentação das ideias geradas pelo raciocínio; argumentações que tem o objetivo de validar um discurso para a construção de uma ética aplicada à conduta dos sujeitos no mundo da vida.

4 | A EUGENIA E A ÉTICA DA ESPÉCIE

Ser (assertórico) e dever ser fazem parte da estrutura ontológica e deontológica, portanto, filosófica, que compõem o estudo ético-universal da sociedade desde a antiguidade clássica; estudo este que tem na universalidade seu principal eixo de apoio. Entretanto, quando se trata da delimitação e confinamento do ser humano nos seus espaços de poder-ser-si-mesmo, através de manipulação do *homo somaticus* pelo *homo faber*, talvez tenhamos que repensar qual o modelo de ética que deveremos adotar para fazer frente aos novos padrões morais de consumo desse século. Repensar a filosofia como ciência primeira tem estado no escopo dos pensadores modernos, principalmente no campo da moral e da ética, como Hans Jonas, Emanuel Lévinas, Alasdair MacIntyre, entre outros, uma vez que o ser humano, como sujeito da ontologia, da antropologia e da epistemologia, além de gerador dos fatos sociais, se modifica nas dimensões temporais e espaciais. A pergunta lançada por Habermas

“*O que devo fazer com o tempo da minha vida?*” (HABERMAS, 2004, p. 3), antes de uma interpretação moldada na individualização e na subjetivação humana, se apresenta como uma necessidade para a tentativa de rompimentos paradigmáticos éticos tradicionais sem que haja perda de princípios que nomeiam humanidade como substância do ser humano, mas também uma preocupação com manutenção de valores tornados obsoletos neste momento em transição.

Nesse sentido, à pergunta “*O que devo fazer com o tempo da minha vida?*” só o sujeito que a faz é quem pode responder, ou seja, cada um decide como conduzir sua vida, cada ser humano é responsável pela utilização do seu poder de intervir na vida, um desafio que se afigura do atual modelo de liberdade, já com um olhar para as condutas autodeterminadas e heterodeterminadas da manipulação genética.

Quando Galton cunhou em 1883 sua admirável revelação com o nome de eugenia (GALTON apud GOLDIM, 1998), é possível que ele tenha imaginado em suas finalidades sociais baseadas no contexto ético e grupamento de normas morais da época, principalmente do continente europeu. Por outro lado, a engenharia genética se desenvolveu a partir dos anos 70, como inovação científica, apesar de já estarem inseridos os controversos em seus conceitos (como a própria eugenia), com o objetivo de melhorar a condição de vida humana diante das fragilidades que o corpo tem frente às intempéries e às degenerações, podendo recuperar assim o bem-estar de uma coletividade. Tendo sido esse o propósito a eugenia seguiu, ou está no mesmo caminho de outras grandes revelações, que da ingenuidade científica logo se transformaram em bólido sem controle. À medida que avançamos na ciência o culto que se presta à pessoa humana na sua vida latente vai se esvaziando para dar lugar, de início, aos desejos de cura que posteriormente se mesclam com os caprichos do aperfeiçoamento de um fenótipo vencedor. O embrião pesquisável ou não, que pode ser submetido à cura ou ao aperfeiçoamento genético tem a sua manipulação orientada por diagnósticos, como por exemplo o DGPI (diagnóstico genético pré-implantação). Quando se trata de fins terapêuticos a autocompreensão do processo ético está atrelada à autocompreensão da existência, tendo estas o condão de fazer superar as normas regulamentadoras. O que se busca aqui é a intervenção genética como forma de cura de patologias indubitáveis e irreversíveis; afirma-se assim a eugenia negativa como conduta ética correta. Quanto à intervenção para melhoramentos genéticos, a princípio, parece estar bem claro as suas demandas e seus propósitos.

Mas uma questão vem se especulando quando se tenta estabelecer um estudo ético que contemple as normas morais da manipulação eugênica; existem situações que o conceito de cura se aproxima em casos concretos do de aperfeiçoamento, causando um limiar tênue entre eles, que é agravado pela falta de critérios mais rígidos para defini-los e regulamenta-los. Segundo Habermas “*Com o diagnóstico genético de pré-implantação, hoje já é difícil respeitar a fronteira entre a seleção de fatores hereditários indesejáveis e a otimização de fatores desejáveis.*” (HABERMAS, 2004, p. 29). Isso tem dado margem para que se instaure uma possibilidade de intervenção

em qualquer situação, legitimada pela dúvida normativa. Surge daí o que Habermas denomina de eugenia liberal, catalisada por interesses escusos aos princípios morais e à ética.

Tomando como base a racionalidade desenvolvida através da ação comunicativa (contrapõe a razão instrumental), Habermas expõe o conceito de Kant do imperativo categórico que, através de uma de suas derivações, coloca a pessoa como um fim em si mesma, e não como meio, como princípio moral no trato com outras pessoas: “*age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca somente como um meio*” (KANT, 1993, p. 79). Aqui o imperativo categórico faz uma interface entre a razão instrumental e a razão do agir comunicativo, quando coloca o sujeito na formulação da moral e ampliando para o “nós” universal, através das argumentações das proposições morais no discurso ético. A formulação desse imperativo deve fazer parte na solução de conflitos onde as orientações axiológicas não se conciliam, quando através do Discurso os sujeitos devem buscar a norma que possa ser aplicada, concretamente a ele e a todos.

A programação genética é uma ameaça ao poder ser si mesmo porque a existência tem o corpo como tributo, ou seja, somente quando o sujeito cognoscente se sente no corpo é que ele tem a compreensão de ser si mesmo. Esse sentir-se corpo na existência só vem pelo desenvolvimento natural e não pela imposição tecnicizada. Em Hannah Arendt, Habermas extrai de sua tese que o nascimento não é uma continuidade da história de vida (não é um processo histórico, um fazer de novo) e sim algo que se fez novo; e esse fazer novo só vem pelo nascimento natural, conforme se expressa a filósofa:

O novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. (ARENDDT, 2007, p. 17)

Ao indivíduo geneticamente modificado não se permite uma renovação de autocompreensão de sua formação gênica, por conta da moral pré-estabelecida de modo alienado, tornando-o, figuradamente, uma terceira pessoa que não consegue através de sua liberdade ética se incluir naturalmente no seu processo de socialização, e ser o si mesmo de suas aptidões e deficiências; conforme Habermas é alguém “*assemelhado a um clone*” (HABERMAS, 2004, p. 87). O programador da intervenção genética impõe um caráter modificado que vai determinar irreversivelmente a compreensão da pessoa que teve seu livro de vida alterado, sem chance de revisão, por conta de uma decisão racional unilateral. A questão não se reduz a simples prescrição normativa moral ou jurídica que vise proteção à pré-pessoa ou à “pessoa aí” no mundo da vida. Passa, antes, por uma avaliação da forma de lidar com o humano, de compreendê-los dentro de nossa autocompreensão ética. Passa também pela inclusão pretérita, com base nos preceitos morais do agir comunicativo, da futura

pessoa, no consenso e decisão sobre “*o que devo fazer com minha vida*”, porque:

precisamos nos perguntar se eventualmente as gerações futuras vão se conformar com o fato de não mais se conceberem como autores únicos de suas vidas – e também de não serem mais responsabilizadas como tal (HABERMAS, 2004, p. 93)

No que se refere a uma ponderação coletiva da moral podemos estar inclinados a absorver práticas eugênicas liberais, como moralmente aceitas, até mesmo pondo a intervenção terapêutica em segundo plano. Esta possibilidade de um futuro eugênico totalmente relativista tem que estar sendo moderada pela ética do discurso, pelo agir comunicativo, que ainda se recusa a aceitar a autoinclusão do ser humano na sua dominação da natureza através dos processos de autoinstrumentalização.

Saber discernir o certo do errado é uma característica racional fenotípica do “*homo sapiens*”, e é essa virtude que faz, ainda, um enfrentamento à autoinstrumentalização da espécie humana, e à incerteza do poder ser si mesmo num mundo em que esse si mesmo precisa decorrer de uma autocompreensão ética. Aí está a base para a inclusão da segunda pessoa no processo de socialização, tendo como matriz de construção ética os valores morais de “*estatuto perpétuo*” da natureza e o agir comunicativo que se processa quando o ser subjetivo se lança no mundo, através da intersubjetividade e alteridade.

O modelo adequado para integrar a filosofia na interdisciplinaridade do tema bioético de manipulação genética da espécie, teve na linha de pensamento de Habermas o necessário fundamento para se fazer uma revisão dos alicerces da filosofia tradicional. Tenta alcançar um entendimento da moral e da ética na dominação do devir natural, causada pelo antropização, e causando alterações dos cenários ontológicos e antropológicos, onde o próprio ser humano é, portanto, protagonista, tanto ativo como passivo.

As alterações efetuadas nos genomas são atitudes que não encontram recepção na moral universalizada pela ética do discurso, e nem na liberdade de poder ser si mesmo do indivíduo, principalmente quando visa exclusivamente melhoramentos genéticos porque transgrede a autonomia e a igualdade de pessoas. Por isso ele defende a manipulação genética apenas para fins terapêuticos, e eleva sua crítica à eugenia positiva:

O corpo repleto de próteses, destinadas a aumentar o rendimento, ou a inteligência dos anjos, gravada no disco rígido, são imagens fantásticas. Estas apagam as linhas fronteiriças e desfazem as coerências que até o momento se apresentaram a nosso agir cotidiano como transcendentemente necessárias. De um lado, o ser orgânico que cresceu naturalmente se funde com o ser produzido de forma técnica; de outro, a produtividade do intelecto humano separa-se da subjetividade vivenciada. (HABERMAS, 2004, p. 58)

Nesse contexto se insere as questões da manipulação genética que, como uma boa providência científica, convergiu para um dos temas mais polêmicos da atualidade – a eugenia.

A questão do sujeito no mundo da vida, diante das intervenções genéticas,

passa a ser tratada por Habermas como uma necessidade de reconhecimento da autocompreensão da existência, onde o indivíduo, de posse de uma autocompreensão ética, passa a ser o sujeito da intersubjetividade, elaborando e argumentando proposições morais para intervir no discurso ético. A eugenia liberal, como um provável capítulo na história da humanidade, tem que ser tratada como algo desconstrutivo da dignidade humana que, associada à perda da autenticidade do indivíduo com a alteração da sua identidade genética, via alteração cromossômica, impõe novos desafios à ética filosófica.

Baseado nisto, e de acordo com o pensamento habermasiano sobre o tema, a decisão sobre a eugenia tem que ser ponderada. Nesse caso a eugenia negativa pode ser aceita moralmente e legalmente, pois, aí pode-se estar tentando integrar o indivíduo em uma dignidade que está sob ameaça. Essa ponderação alcança as definições dos limites, as vezes tênue, entre a eugenia negativa e a positiva, entre a terapia genética e a busca da perfeição.

Habermas não traz uma prescrição última, definitiva, para solucionar a problemática apresentada neste estudo. Mas, ele faz um delineamento onde apresenta os mecanismos morais que podem ser aplicados nas decisões que envolvem a autoafirmação da existência da vida humana. A grande preocupação dele é com o rumo que a manipulação eugênica pode tomar se esses mecanismos interferentes no agir das pessoas não forem levados em consideração. A figura 1 mostra em síntese a proposta de Habermas.

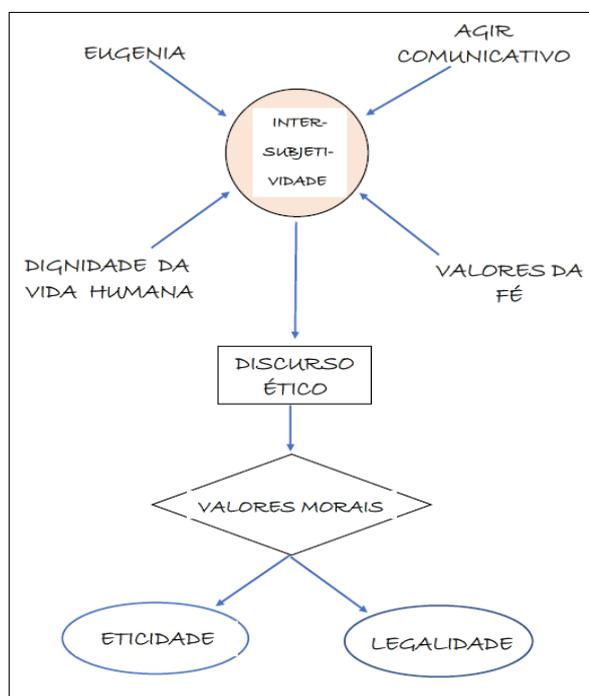


Figura 1 - Síntese de uma proposta para a ética da eugenia

Uma vez que a comunicação racional, através da linguagem filosófica, passa a ser o instrumento da ética prática, ela pode ser ampliada também para outros horizontes relacionais do ser humano, como por exemplo a política e a família. Deixa-se à parte

as ideias platônicas e os modelos hegelianos de formatação da ética, porque, como vimos, esta pode ser encontrada na realidade do mundo da vida, ao se dar primazia à práxis no lugar da teoria. A ciência, a teologia, a metafísica, ao nosso ver, não devem ser negados como meios de conhecimento, mas a ética tem que estar ancorada numa razão que permeia a conexão entre pensamentos de sujeitos, manifestada pelo agir e pela linguagem. Onde há sujeitos com capacidade de fala e de ação sempre será possível atingir consenso sobre os valores morais pertinentes ao agir ético de uma coletividade.

Finalmente consideramos que o si mesmo não deve ser apenas uma possibilidade, mais um direito *natural*, no seu sentido lato, que um indivíduo adquire mesmo na pré-pessoa; portanto, o embrião humano, mesmo na fase de blastócito, pode não ser pessoa ainda na sua completude, conforme aduz Habermas, mas é sujeito com todos os direitos de ser pessoa. Razão assiste ao autor quando se refere à dignidade da vida humana desde a sua concepção. cremos também que esse é a fundamentação necessária para objetar os interesses escusos da ciência, da política e do mercado, que hoje embarreiram o estabelecimento de normas legais com lastros autenticamente morais. Pode até parecer estranho ou atípico para a nossa sociedade configurar condutas e mudanças culturais através de um entendimento movido pela autocompreensão. Mas, a Filosofia não pode se esquivar desta missão.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

GALTON, Francis. **Hereditary Talent and Genius**. Apud: GOLDIM, José Roberto. Eugenia. In: www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm. Acesso em 05/06/2018

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989

HABERMAS, Jürgen, **O futuro da Natureza Humana**. Trad. Karina Janini. São Paulo: Martins Fontes, 2004

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-metafísico – Estudos Filosóficos**. Trad. de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990

HOBBS, T. **Leviatã – ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009, p. 98.

KANT, I. **Fundamentos da Metafísica dos Costumes**. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1993.

NUNES, Benedito. **A Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Editora Buriti, 1967.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Trad. Almiro Piseta. São Paulo: Martins Fontes, 2000

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA IZABEL MACHADO Possui graduação (Bacharelado em Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia.

Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas.

Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio.

No ensino superior atuou na Universidade Federal do Paraná (Departamento de Sociologia), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Departamento de Educação) e atualmente atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), ministrando disciplinas de sociologia da educação, cultura brasileira e gênero. Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura.

Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes 52, 56, 59, 60, 61, 62

Acumulação Flexível 53, 54, 56

Antropoceno 39, 40, 42, 45, 46, 48, 49

Autointerpretação 21, 24

Autonomia 8, 11, 13, 16, 24, 29, 43, 64, 65, 72, 80, 95, 110

B

Banalidade Do Mal 35

C

Cidade 22, 26, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 62

Conflito 2, 4, 6, 20, 28, 31, 33, 67

Consciência De Si 30, 105, 107

E

Ecologia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123

Ecosofia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Educação 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 29, 35, 91, 107, 111, 113, 114, 115, 123, 125

Ensino De Filosofia 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Ensino Engajado 105, 111, 113

Escola De Frankfurt 78

Estética 9, 10, 11, 15, 19, 53, 83, 84, 90, 106

Ética 28, 29, 35, 53, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 95, 101, 121

Eugenia 63, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 74

F

Filosofia Do Direito 91, 92, 93, 95, 101, 104

G

Genética 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73

I

Identidades 27

Industria Cultural 17

L

Liberdade 2, 3, 7, 12, 14, 16, 29, 37, 43, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 87,

88, 89, 100, 101, 106, 107, 108

Linguagem 12, 14, 21, 22, 63, 65, 67, 68, 69, 73, 74, 102, 108

M

Massificação 8, 12, 16, 17, 58

Materialismo Histórico 75, 76, 77, 78, 79, 82

Mecanosfera 121

Meio Ambiente 15, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Modernidade Líquida 35, 37

Moral 20, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 63, 69, 71, 72, 74

N

Nazismo 35, 36, 80

Neomarxismo 75

Norma 31, 71, 91, 94, 95

P

Performance 83, 87, 88, 89

Pulsão 1, 3, 6

R

Razão Comunicativa 63

S

Sufrimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 12, 37

T

Tecnologia 8, 15, 39, 40, 41, 42, 52, 58, 81, 115, 124

Telefonia Móvel 52, 58, 59

Teoria Crítica 10, 15, 19, 54, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Teorias Do Reconhecimento 20

Trânsito 41, 52, 56, 58, 60, 61, 62

Trieb 1, 2, 3, 4, 6, 7

U

Unidimensionalidade 39, 42, 46

V

Valor 23, 24, 25, 91, 93, 94, 95, 97, 101, 119, 120

Vontade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 23, 31, 32, 33, 84, 99, 118

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-708-6



9 788572 477086